

Anos de Formação

1938-1948

O jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado



CONTRAPONTO

Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento
Av. República do Chile n. 330, 2º andar, Torre Oeste, Edifício Ventura
Centro, Rio de Janeiro, RJ
Cep 20031-170
Tel: (5521) 2172-6312 / 6313
Site: www.centrocelsofurtado.org.br
E-mail: centro@centrocelsofurtado.org.br

Patrocinadores



Contraponto Editora Ltda.
Av. Franklin Roosevelt 23 / 1405
Centro, Rio de Janeiro, RJ
Cep 20021-120
Tel: (5521) 2544-0206 / 2215-6148
Site: www.contrapontoeditora.com.br
E-mail: contato@contrapontoeditora.com.br

Arquivos Celso Furtado

Direção: Rosa Freire d'Aguiar (rosa@centrocelsofurtado.org.br)

Copyright © Rosa Freire d'Aguiar, 2014

Copyright © os Autores, 2014

Direitos desta edição reservados ao Centro Internacional Celso Furtado e à Contraponto Editora.

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios, sem autorização do Centro e da Editora.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Revisão tipográfica: Janice Melo Camacho
Projeto Gráfico: Regina Ferraz
Diagramação: Traço Design
Capa: desenho de Celso Furtado feito por Samson Flexor, 1948.
Foto da p. 2: Fernando Rabelo
Digitalização: Estopim Comunicação

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

F987a

Furtado, Celso, 1920-2004

Anos de formação 1938-1948 : o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado / Celso Furtado ; organização Rosa Freire d'Aguiar. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

404 p. ; 23 cm. (Arquivos Celso Furtado ; 6)

ISBN 978-85-7866-103-8

1. Furtado, Celso, 1920-2004. 2. Desenvolvimento econômico - Brasil. 3. Cultura - Aspectos econômicos - Brasil. 4. Brasil - Política cultural. 5. Brasil - Política econômica. I. d'Aguiar, Rosa Freire. II. Título. III. Série.

14-14099

CDD: 330.981

CDU: 338.1(81)

Os anos de formação

Rosa Freire d'Aguiar

Uma carta de Celso Furtado datada de Recife, 20 de outubro de 1938, já ilumina certas facetas que mais tarde se consolidarão como marcas de sua trajetória acadêmica. Celso estava com 18 anos, deixara a família em João Pessoa para cursar o pré-jurídico no Ginásio Pernambucano. Conta à mãe, dona Maria Alice, como foi a apresentação do trabalho “Liberalismo econômico”, lido em sala de aula diante de um júri simulado em que dois colegas se improvisavam promotor e defensor de uma causa nem sempre afim com suas ideias. Carta e trabalho trazem em gestação o gosto pela pesquisa intelectual, a visão interdisciplinar, o interesse pelas questões internacionais, e mesmo o recurso ao método comparativo.

Filho de um advogado e professor, Celso teve em casa uma fornida biblioteca onde, adolescente, fez suas primeiras leituras de ciências sociais, filosofia, história, psicologia. Nos corredores do prédio neoclássico do Ginásio Pernambucano, à beira do Capibaribe, tivera discussões com os colegas, entre eles jovens integralistas, a respeito do Estado Novo e da Guerra Civil Espanhola, passando a ser visto como um estudante de esquerda. Defender o liberalismo econômico era, assim, um desafio — que ele inicia por um grito de descrença nas ideologias e de crença em sua geração. Parece já fincar tutores de sua futura visão da ciência econômica:

Não faremos como esses economistas que isolam um grupo de fenômenos e sobre ele constroem um mundo de abstrações como se o homem fosse matéria inerte. A sociedade dos homens

não é um rebanho de carneiros que dizem amém para tudo, a economia é a expressão do choque dos interesses, das desigualdades, dos contrastes na coletividade.*

“Liberalismo econômico” é trabalho escolar, marcado aqui e ali pela retórica juvenil. Se o escolho como abertura deste livro, é por revelar a jovem personalidade de seu autor e também por sintetizar meu propósito. Depois dos cinco títulos publicados na coleção “Arquivos Celso Furtado”,** e das dezenas de estudos acadêmicos que têm esmiuçado aspectos da obra e da atuação pública de Celso,*** pareceu-me pertinente, neste ano em que se completam dez de sua morte, debruçar-me sobre os textos que refletem seus passos iniciais, titubeantes ou confiantes, no decênio que vai de seus 18 a 28 anos. Entre a conclusão dos estudos secundários, em Recife, e o doutoramento em economia, em Paris, ele trilhou caminhos vários: a faculdade de direito, o jornalismo, a função pública, a atividade docente, a guerra na Itália, os estudos na Sorbonne e no Institut d’Études Politiques; ensaiou a crítica musical, a literatura, a ciência política.

O Rio de Janeiro

Nos primeiros dias de 1940 Celso desembarca no Rio de Janeiro, vindo de João Pessoa. Instala-se numa pensão da rua Correia Dutra, onde já vive seu colega Edésio Rangel de Farias, do Liceu Paraibano. A pensão é cara, duzentos mil réis por mês, “mas eu não tinha outro canto para onde correr, estarei aqui enquanto tomo pé neste mundo”. (*carta à mãe, 11.1.40*). E que mundo! O da faculdade, em primeiro lugar, pois este é o objetivo da vinda. Os parentes maternos que moram da Ilha do Governador dizem que o exame de admissão

* “Liberalismo econômico”, de Celso Furtado, arquivo pessoal.

** Cf., todos editados por Contraponto/Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro, os volumes: *Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas* (2008); *Economia do desenvolvimento. Curso ministrado na PUC-SP em 1975* (2008); *O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964* (2009); *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento* (2011); *Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura* (2012).

*** Cf., no site da Biblioteca Celso Furtado, o Banco de Teses sobre Celso Furtado e o Banco de Artigos sobre Celso Furtado.

é terrível, “nunca passou ninguém do Norte”, e que campeia o pisto-lão. Há um curso na própria universidade com mais de cem alunos, e estes passam: “Não estou porém abalado. Gosto de coisas difíceis”. (*idem.*) São quinze dias de provas escritas e orais. Celso se sai muito bem em latim, justamente a matéria que a família mais temia. O jornal *A Noite* de 16 de março de 1940 publica a convocação dos “candidatos classificados no concurso de habilitação” para a Faculdade Nacional de Direito. Entre eles, Celso Monteiro Furtado.

Já em março se muda para uma pensão da Lapa, na rua Teotônio Regadas, “onde não passa bonde, portanto, silenciosa” (*à mãe, 1.3.40*). Divide com Edésio e um amazonense uma vasta sala de frente, bem mobiliada e com três varandas. A Lapa é o ponto ideal para quem logo começa a frequentar o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Música, o Conservatório. Vai para a faculdade, no Campo de Santana, a pé ou de bonde. Mas sempre de terno e gravata, como os colegas e os professores. Entre estes, foi aluno de Haroldo Valadão, Pedro Calmon e J. Rodrigues do Vale, que ministrava direito administrativo, matéria que lhe abriria os olhos para a administração. Trouxe da Paraíba duas filosofias do direito, de Silvio Romero e de Pedro Lessa. Pede ao pai que lhe envie uns livros, a obra de Pontes de Miranda seria de grande valor. Gostaria de ler Pareto, “uma obra interessantíssima, e o meu professor é discípulo de seu autor”. (*à mãe, 29.4.40.*) O entusiasmo inicial não demora, porém, a minguar: “O professor de Introdução ao direito é um papagaio de Marselha — gordo e sujo... Não fez concurso para a cadeira. Não tem método nem orientação”. (*aos pais, 29.4.40.*) O corpo docente do primeiro ano, composto por “políticos falidos da República Velha, é uma lástima: não são ignorantes, mas sumamente estreitos e especializados. Não nos transmitem vontade de entrar na matéria”. (*a Adhemar Nóbrega, s.d.*)

De temperamento reservado, limitando ao convívio social a camaradagem com os colegas, nesses primeiros tempos Celso se sente muito só. Desabafa com os pais: “Preciso mais que nunca de um conselho dos senhores. Terei o máximo prazer em segui-lo. Sei que sou

sempre um caso para aperreios e aborrecimentos. Mas é que eu vivo sozinho, sem ter a quem falar." (4.3.41.) E um dos aperreios é verificar que as despesas eram maiores que o previsto, embora levando uma vida mais que modesta. Sabia que os pais não podiam continuar lhe enviando dinheiro. Trabalharia de dia, estudaria de noite.

O primeiro emprego é na *Revista da Semana*, instalada ali na Lapa, na rua Visconde de Maranguape, 15. Essa publicação de "arte, literatura e modas, decana das revistas brasileiras", como diz o expediente, pertencia ao paraibano Gratuliano Brito, ex-interventor no estado depois da morte de João Pessoa. Era o título mais forte da Companhia Editora Americana, que também publicava as populares *Eu Sei Tudo* e *A Cena Muda*. Em janeiro de 1959 o grupo fecharia as portas.

O amigo Edésio já estava na *Revista*. Meses depois, viria Adhemar Nóbrega, outro amigo do peito. Em abril de 1940 Celso traduz para a revista um conto de uma publicação americana. Em 13 de maio se inicia como "redator auxiliar" da Seção de Publicidade. Na mesma época é aprovado num teste para "suplente de revisor" do *Correio da Manhã*. Anos depois saberá que quem lhe aplicou o teste fora Antonio Callado, com quem fará uma amizade de vida inteira. Na *Revista* pagam-lhe trezentos mil réis. O trabalho noturno no *Correio* não tem remuneração fixa: são doze mil réis por dia. "Ambos os empregos e mesmo os dois juntos são compatíveis com as horas de aula", adverte aos pais em 15 de maio. Mas a rotina de redigir anúncios e cartas em nome do diretor visivelmente não o satisfaz. Queixa-se de que na *Revista* "sou tanto quanto Sinhá Maria aí em casa", enquanto "no *Correio* sou algo de positivo". (aos pais, 11.9.40.)

O primeiro registro que encontrei de Celso na *Revista* é de novembro de 1940: uma notícia de quarto de página acompanha a foto de *mademoiselle* Marcelle Rubinstein, vinda ao Brasil para inaugurar um salão de beleza com o nome da tia famosa, Helena Rubinstein. *Mademoiselle* dera um "cocktail party" para a imprensa no Copacabana Palace. O rapaz magro e alto, de terno branco, pose reservada, cabeça ligeiramente inclinada, é ele. Em abril de 1942,

aparecerá em outra foto: terno escuro, a mesma pose reservada, a mesma cabeça inclinada. Desta vez, ao lado de Orson Welles, que recebia a imprensa para uma coletiva nos estúdios da Cinédia. A primeira matéria assinada é de outubro de 1941: "Marcos Barbosa e o primeiro índio brasileiro que voou". Ali ele conta uma história de sua terra, provavelmente desconhecida no Rio: o índio paraibano que, no século XVIII, fabricou uma engenhoca para tentar voar e teve sua façanha contada pelo cronista e frade dominicano Domingos de Loreto Coutto.

Catorze meses separam "Marcos Barbosa" e o "Salon des refusés", reportagem publicada em dezembro de 1942. Esse primeiro ciclo de Celso na *Revista* se compõe de uma quinzena de trabalhos assinados: matérias sobre o movimento artístico do Rio de Janeiro, a guerra e a política internacional; crônicas, como a que fala sobre o pacifismo de Gandhi num mundo em guerra, ou sobre o caubói Buck Jones; entrevistas, uma resenha de livro. Vai adquirindo *métier*, ganha intimidade com o texto, arrisca o tom pessoal e opinativo, maneja o humor, como ao apresentar seu conterrâneo, o maestro José Siqueira, "todo made in USA, de casaco esporte americano, eufórico como um grande de Wall Street nos grandes dias da Bolsa de Títulos."

A reportagem de maior destaque será a da Semana Santa em Ouro Preto. Ele e o fotógrafo Arnaldo Vieira passam cinco dias na cidade entrevistando tipos locais, registrando as cerimônias religiosas, a profusão de igrejas e as obras de Aleijadinho. Sua impressão é ter recuado duzentos anos no tempo, e ele até esquece que há guerra no mundo. Ali, as únicas rivalidades que vingam são as das ordens religiosas. A reportagem merece doze páginas, fartamente ilustradas com as fotos quase expressionistas de Vieira.

Quem também estava fotografando por lá era a equipe de Orson Welles. O cineasta de 27 anos, bonito, gorduchinho, mecha rebelde na testa, trabalhava no Brasil desde fevereiro para um projeto de fôlego, o filme *It's all true*, que, por sinal, não teria um happy end. Welles estivera em Ouro Preto por três dias e ia retornar no

domingo 5 de abril, de avião, mas uma indisposição súbita o deixou de cama. Contudo, um de “seus secretários levou aos operadores instruções complementares”.* Um desses operadores era o câmera George Fanto, húngaro que morava no Brasil desde o início da guerra e que, trabalhando para a Cinédia, se juntou à equipe de Welles, com quem filmaria o que restou dessa aventura do *enfant terrible* de Hollywood: o documentário *Quatro homens e uma jangada*. Anos depois, em 1986, Fanto veio ao Brasil durante um Festival Internacional de Cinema, o FestRio, e fez chegar a Celso, então ministro da Cultura, um álbum de capa de couro marrom e “Celso Furtado” gravado em letras douradas. Dentro, como lembrança, uma seleção das fotos que fizera em Ouro Preto no outono de 1942, quando se conheceram. Nei Sroulevich, diretor geral do FestRio, foi o intermediário do valioso presente de Fanto.

Celso cruzaria indiretamente com Orson Welles mais uma vez, agora em torno de um episódio trágico. Em setembro de 1941, o jangadeiro Manuel Olimpio Meira, o Jacaré, e três amigos pegaram uma jangada na praia de Iracema e, costeando mais de dois mil quilômetros, chegaram ao Rio onde pediriam a Vargas direitos trabalhistas. Welles lera a reportagem que o *Time* publicou sobre a odisséia e resolveu filmar uma reconstituição da façanha de Jacaré. Mas no dia 19 de maio, em plena filmagem, uma onda traiçoeira da Barra da Tijuca emborcou a jangada São Pedro e Jacaré morreu afogado. Celso, na adolescência, construía com amigos e saía muitas vezes de jangada, em Tambaú, e a reportagem não assinada que fez com os três sobreviventes da tragédia perpassa uma indistigável emoção. No alto da página, uma foto dele com os jangadeiros. Ao lado, uma foto de Welles com Jacaré, semanas antes.

Celso guardara alguns exemplares da *Revista da Semana* em seus arquivos. Referia-se a outras reportagens — como a coletiva de Welles, a entrevista com os jangadeiros — que fizera mas de que não tínhamos registro. A partir dessas indicações, porém, pude recuperar

* Cf. *Diário de Notícias*, 5.4.42.

todas as suas colaborações para a revista, e publicá-las neste livro.* Anotações suas em cadernos, e as muitas conversas que tivemos sobre esses anos, também me forneceram pistas para chegar a trabalhos em outras publicações. O fato de ter vivido tantos anos fora do Brasil fez que, quando seus pais se mudavam, o filho costumasse estar longe. Assim, se via de regra uma mudança motiva as famílias a jogarem fora muito “papel velho”, a dele, sem saber que fim dar “às coisas de Celso”, ausente, acabava por levá-las para a nova residência. Isso — somado à indole de quem era dado a guardar escritos em geral — possibilitou que se conservasse um acervo com seus cadernos, fotos, papéis variados, documentos, cartas. Quanto a estas, li inúmeras a fim de publicá-las aqui. Nos anos a que se refere este livro, Celso escrevia em cadernos as cartas que, em seguida, copiava em papel aéreo e postava no correio. Muitas cartas enviadas aos pais — em especial as escritas durante a guerra ou na temporada em Paris — lhe foram devolvidas anos depois. Tive, assim, o cuidado de cotejar dezenas de vezes o rascunho da carta e a própria carta. Eram idênticos.

Aos vinte e poucos anos, Celso trabalha de dia, estuda à noite, cumpre o horário de meia-noite às duas da manhã na revisão do *Correio*. Dedicava-se intensamente ao inglês “num curso dos melhores da cidade”, frequenta dois cursos gratuitos, um de filologia comparada, outro de filosofia positiva. Faz ginástica e natação na Associação Cristã de Moços. O grande encantamento, porém, é a música. Estudara piano na Paraíba com Gazzi de Sá, mas seu gosto era mesmo a teoria musical. A profusão de concertos no Rio de Janeiro é de assombrar: “Heifetz (o maior violinista do mundo) já passou. Magda Tagliaferro vai passando. Guiomar Novais tocará a 4 de maio. Rubinstein chegará a 15; Toscanini em junho... É pra se ficar abafado” (à mãe, 29.4.40.)

* É digno de admiração e incentivo o trabalho de digitalização que a Biblioteca Nacional vem fazendo de periódicos brasileiros que já saíram de circulação, agora disponíveis online na página da Hemeroteca Digital Brasileira. O acesso à coleção da *Revista da Semana* e de várias outras publicações que consultei para este volume foi grandemente facilitado graças a essa iniciativa da BN.

É com Adhemar Nóbrega, melômano como ele e futuro colaborador de Villa-Lobos, que Celso mais comenta a cena musical. Em meados de 1940, já assistiu à pianista polonesa Maryla Jonas, à Sinfônica Brasileira, ao All America Youth (com Stokowsky), a Terán. Viu uma *Carmen* com o famoso tenor Jan Kiepura no papel de Don José. E mais de vinte concertos de piano, violino, violoncelo, flauta, orquestra. O brilho da *saison* decorria em boa medida da vinda de intérpretes e músicos de prestígio mundial que tinham se refugiado nos Estados Unidos por causa da guerra e da ocupação nazista em seus países. Como Arthur Rubinstein, de quem Celso assistiu três concertos no Rio:

Minha emoção tem sido tão grande que ainda não me sinto com coragem de escrever sobre o assunto. Sinto-me, creia, numa situação de instabilidade. Esse homem invadiu-me a sensibilidade e abalou as raízes dos meus preconceitos estéticos. Rompeu com a estreiteza dos pontos de referência do meu espírito. Não há dúvida que daqui a muito tempo ainda hei de dizer: antes ou depois de Rubinstein. (*a Adhemar Nóbrega, s.d.*)

Foi no fim de um concerto de Arthur Rubinstein que Gazzi de Sá o apresentou a Villa-Lobos. O primeiro encontro é contado à família em tom de deslumbramento: ele, um “pobre-diabo”, conversando com o maestro num café da Cinelândia! Com o tempo, vai ficando mais crítico:

O nosso amigo Villa-Lobos recebe algumas dezenas de contos de réis para apresentar ao público obras sinfônicas suas; contrata músicos, organiza uma grande orquestra, dá dois concertos tendo de antemão facilitado entrada a quem quisesse — e o seu auditório é microscópico. Que o povo não gosta da música desse compositor, não obstante ele gritar há muito tempo que sua música é um reflexo da alma do povo brasileiro e sem qualquer artificialismo, é mil vezes um fato. Muitas pessoas me sugeriram fazer uma enquete entre os compositores que ouviram a música sinfônica desses concertos. Eu não a fiz porque tenho certeza de que a grande maioria das opiniões seria de descrédito da música do Maestro. (*idem, c. julho 1942.*)

Fará, porém, uma boa reportagem sobre o concurso de piano patrocinado pela gravadora Columbia, cujo prêmio era uma viagem aos Estados Unidos. A disputa final, entre o carioca e vencedor Arnaldo Estrela, e o paulista Adolfo Tabacow, virou “um fla-flu”. E porque se atreveu a escrever “uns comentários superficiais”, recebeu uma carta anônima “com todos os palavrões feios que a humana inteligência já engendrou”. (*idem, s.d.*) O desconsolado anônimo provocou: “Ganhas naturalmente algum dinheiro para estas reportagens adúlteras; pois bem, queres, pagarei o dobro”.

Música e leitura. Um caderno de 1940 traz a lista dos livros lidos no mês: *O Guarany* e *Diva*, de Alencar, *Casa-Grande e Senzala*, de Freyre, *Memórias de Braz Cubas* e *Quincas Borba*, de Machado, *Joseph Fouché*, de Zweig. No ano seguinte, lerá Confúcio, Platão, Graça Aranha, Kepler, Tennyson, Wilde, Bergson, Proudhon, Coulanges, Rousseau. Compra muitos livros de história, os primeiros de economia. E, naturalmente, ensaia a literatura. Pensa num romance com personagens do interior que vivem um processo de adaptação à metrópole. Título: *Transumância*. Seguem-se páginas com estruturas narrativas, tempos literários, métodos “que poderiam ser os de *A Condição Humana*”, ou uma tendência natural a Proust, “se for adotado o alvitre”. Admite que às vezes reage “mais como romancista”, pois se surpreende *analizando*, quando o natural seria estar apenas *vivendo* — “pode ser um bom ou um mau sintoma”. (*Notas, c. 1941.*) Esboça alguns contos, mais intelectuais, que falam de liberdade, integração na sociedade, individualismo, e mesmo do super-homem nietzscheano. Mas até nova ordem o projeto literário é arquivado. Outro iria sobrepor-se: a função pública.

A coisa pública

No terceiro ano de faculdade, delineia-se o perfil do técnico de administração, que se desdobrará mais tarde no teórico do planejamento, e no primeiro ministro de Planejamento do país. Em fevereiro de 1943 Celso é aprovado no concurso do Departamento de Administração do Serviço Público, o DASP, para o cargo de assistente de or-

ganização. Um ano depois, faz outro, desta vez para técnico de administração. Vai trabalhar em Niterói, na Divisão de Organização e Orçamento do Departamento de Serviço Público do estado do Rio, um dos tantos *daspinhos* criados no país. Nos dois concursos, passou em primeiro lugar. No DSP, participa das reformas feitas na Secretaria de Segurança Pública e no Departamento de Educação, e elabora um plano de reforma dos serviços de Comunicações e Arquivo de várias secretarias estaduais. É o que informa o ofício de 20 de dezembro de 1944, assinado por seu chefe Itagildo Ferreira, diretor do DSP. O ofício, traduzido para o inglês e endereçado ao diretor do IBEU, acompanhará o pedido de bolsa a que Celso se refere no texto “Na Vila Militar”, aqui publicado.

A temática da organização e administração pública monopoliza seu interesse. Num caderno, faz anotações sobre *The Principles of Organization*, de James D. Mooney e Alan C. Reiley, *Industrial Organization and Management*, de Ralph Currier Davis, *Modern Politics and Administration*, de Marshall E. Dimock, e *What is ahead of us?*, de G.D.H. Cole. Escreve ao argentino Angel Garrido González, especialista no assunto, a quem relata sua preferência pelos estudos de planejamento com vistas à elaboração do orçamento. Fala do DSP: “Estamos empenhados presentemente na criação de um centro de pesquisas de administração. É nosso propósito fazer, ainda este ano, o levantamento de alguns municípios brasileiros e apresentar às legislaturas estaduais sugestões sobre a organização de uma municipalidade típica”. (a A.G. González, 1944.)

Agora, é sobre a realidade de seu trabalho que escreve. Aqui reuni sete de seus primeiros textos acadêmicos, uns publicados na *Revista do Serviço Público*, outros inéditos. Até terminar o doutorado, em 1948, ele refletirá sobre teoria da administração, Estado e democracia, teorias e literatura vindas dos Estados Unidos, organização e programação em empresas privadas e estatais, necessidade de criar órgãos de planejamento. Ao voltar da guerra, inicia uma atividade acadêmica voltada para aulas de planejamento e orçamento, tanto nos cursos preparatórios para o concurso de técnico de administração como em seminários externos. Um deles, em Niterói, teve quase

cem alunos; Celso deu a primeira aula, ao lado do colega Eutacício Leal. (*A Noite*, 24.4.46.) A experiência da guerra e o convívio com os militares do V Exército americano ao qual se integrou o corpo expedicionário brasileiro perpassam textos de 1946. Ao ser convocado, por falar inglês Celso fora posto à disposição da Missão Militar Americana que auxiliava os escalões de partida para a Itália. Lá, viu na prática a importância da organização e do planejamento para um exército em tempos de guerra. Inversamente, viu o misto de surpresa, incompreensão, e até indignação, de soldados brasileiros que, diante de um veículo enguiçado, faziam mais fé no “jeitinho” brasileiro do que nos manuais americanos que recomendavam, simplesmente, a troca da peça avariada.

Percebeu também o perigo de se transplantar o modelo de organização militar para uma sociedade democrática. Era esta a pretensão do fascismo, que, ao minar as estruturas sociais da Itália, tivera efeitos nefastos na população, como se lê em seus textos sobre a guerra. A ideia de que a planificação é uma “perigosíssima arma de dois gumes” está bem desenvolvida na monografia “Trajetória da democracia na América”, escrita em 1946. Com o pseudônimo de Americano, Celso inscreveu esse trabalho no Prêmio Franklin Roosevelt, promovido pelo Instituto Brasil-Estados Unidos. O júri, formado por Artur Moses, do IBEU, Rodrigo Octavio Filho, da Sociedade Felipe de Oliveira, e Thiers Martins, da Faculdade Nacional de Filosofia, atribuiu-lhe por unanimidade o primeiro lugar, e um cheque de 5 mil cruzeiros. Ele já estava na França quando o pai lhe deu a notícia: “Não contava com esse prêmio: não que o trabalho estivesse ruim, mas porque havia alguns tópicos um tanto duros para serem apreciados por americanos”. (*a Mauricio Furtado*, 15.2.47.)

O tenente Celso

Quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, em agosto de 1942, Celso acabara de completar 22 anos. Aos 17, fizera Tiro de Guerra em João Pessoa. Agora, entrevia a possibilidade de ser convocado. Decidido a ir para a guerra como oficial, fez um segundo serviço militar, no

CPOR. O exame de seleção foi em outubro de 1942, a conclusão do curso, em outubro de 1944, quando os novecentos jovens reservistas compareceram a uma cerimônia presidida por Getúlio Vargas. Foi um período muito duro. Seu dia começava às 4 da madrugada, rumo ao quartel, dali para o trabalho, depois para a faculdade, e não raro terminava à 1 da manhã, como numa véspera de prova. Em dezembro de 1944 foi convocado. Justo no mês em que concluía a faculdade, com uma cerimônia de colação de grau no Teatro Municipal, e em que pleiteava uma viagem de estudos aos Estados Unidos, interessado nos problemas de administração estadual e local. O paraibano Oswaldo Trigueiro, futuro presidente do Supremo Tribunal, escreveu em 22 de dezembro de 1944 uma carta ao todo-poderoso Afranio Peixoto, então presidente do IBEU, recomendando Celso: “Considero-o excelentemente qualificado para a tarefa, certo, como estou, de que se trata de elemento que pode figurar, sem favor, ao lado dos melhores de que dispomos na nova geração”.

Outros não o consideraram da mesma forma. Por ora, os planos de estudos no exterior estavam em suspenso. Ele sairia do país, sim, mas para o *front*. Em 8 de fevereiro de 1945 embarcava no quinto contingente da FEB, junto com seis mil soldados, a bordo do *General Meigs*. No camarote, equipado com beliches de lona, havia quatro aspirantes da ativa e catorze da reserva, entre eles Israel Rosenthal, com quem Celso teve bastante contato em seguida, e Frederico Gilberto Amado, filho de um dos luminares da época. Celso, como se verá em “Na Vila Militar”, teria reservas ao herdeiro de Gilberto Amado.

Antes do embarque, houve um encontro no quartel entre os soldados e suas “madrinhas de guerra”. Por iniciativa de dona Darcy Vargas, a Legião Brasileira de Assistência recém-criada recrutara voluntárias que deveriam amparar os pracinhas, enviando-lhes notícias alegres do Brasil, tomando providências junto a famílias por vezes desassistidas nos confins do país. A de Celso foi a srta. Lina Germaine Hazan, que morava com os pais num apartamento do Morro da Viúva. Mas madrinha e afilhado devem ter se cruzado tão

às pressas que sequer se lembravam do rosto um do outro. Trocaram ao menos três cartas, ela enviou foto em “toalete de inverno”, no Viaduto do Chá, em São Paulo, contou “o carnaval” que houve no dia da Vitória no Rio de Janeiro, ele enviou um retrato seu, falou das obras de arte italianas que ia descobrindo.

A bordo do *General Meigs*, comboiado por outros barcos de guerra e submetido a um estrito regime de blackout, Celso fez, aos 24 anos, um balanço maduro de sua vida de “jovem”, como se lerá nas “Notas de um diário”. Quando desembarcou, a linha de frente se situava no rio Arno. Em Florença, fez um treinamento intensivo de mecânica de automóveis e caminhões. Durante a ofensiva final dos Aliados, no norte da Itália, sofreu um acidente sério, quando numa estrada esburacada o carro capotou e ele rolou ribanceira abaixo. Foi apanhado ao pé de uma montanha e operado da vista num hospital americano de campanha. Em junho e julho estava em Livorno, na função de intérprete, tendo recebido do major-chefe Aguinaldo Dias Uruguay, chefe do Posto Regulador do acantonamento, uma dessas citações feitas a soldados que se destacam: “É um oficial compenetrado, age com muita presteza e certo. Já deixa ver que nos postos superiores manterá sempre atitudes e ações das quais resultará lucro para o Exército e para si próprio”.

A correspondência dos combatentes era censurada; não podiam relatar o cotidiano da guerra nem fornecer informações que, se caídas em mãos inimigas, denunciariam a localização dos brasileiros. Não surpreende que o tom de sua correspondência pouco transpareça o conflito. Raramente se referiu ao “troar dos canhões”. Via de regra, contou passeios, encontros. Em Florença, por intermédio de uma moça que estivera no Brasil, teve contato com a sociedade tradicional, a chamada “nobreza burguesa”.

Celso não gostava de falar da guerra. Ter integrado o corpo de combatentes, de onde retornou com duas medalhas, e em 1964 ter sido punido com a cassação de direitos por um governo militar, e ainda por cima presidido pelo marechal Castello Branco (um herói da FEB), sem dúvida devia ter algo a ver com esse silêncio. Ao

voltarmos para o Brasil, já em meados dos anos 1980, foi normalizando a relação com o passado. E em nossas idas a Florença, percorrendo a beira do Arno se lembraria da guerra e do blackout, com a cidade noturna sem luz, em sua feição primitiva, “como Dante a percorrera”.

Página virada

O segundo tenente da reserva chegou ao Rio em 17 de setembro de 1945, a bordo do navio-escola *Duque de Caxias*. Houve escala em Lisboa, com jantar oferecido aos oficiais e um desfile dos combatentes na avenida da Liberdade, em presença do presidente português general Carmona. No Rio, mais um desfile, pelas avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, e Getúlio indo saudar a bordo os 1800 combatentes.

Celso trazia na bagagem, além dos “troféus de guerra” — um capacete do Exército nazista, papel timbrado do Partito Nazionale Fascista — a oportunidade de ter conhecido a Itália e a França. Foi a Pompeia, a Roma, a cidades que lhe pareciam verdadeiros museus da Renascença. Ele e um oficial conseguiram permissão, veículo e combustível para uma “tocha” — uma escapada, na gíria dos pracinhas — e foram à França em agosto de 1945. Paris foi amor à primeira vista, como se lerá nas cartas da época. De volta ao Brasil, fez uma viagem à Paraíba, onde uns amigos lhe pediram para contar a guerra, outros, que discorresse sobre “Planificação e Orçamento”. Das duas falas guardou os rascunhos, agora publicados. Retornou ao Rio com a firme decisão: não seria advogado.

A vida na capital não anda sopa: é tão difícil encontrar moradia que alguns se conformam em aceitá-la no cemitério; há uma angustiante falta d'água; os transportes continuam deficientíssimos, 45 minutos numa fila de ônibus — ele conta a Lenyra, uma antiga namorada da Paraíba. (20.11.45.) Aguarda sua baixa no Exército, planeja criar uma revista que se chamará *Luta – pela cultura do povo*. O ambiente político é de atonia. O presidente Dutra parece ter uma só preocupação: que seu governo não passe à história como o período

da expansão do comunismo! Os trabalhos da Constituinte de 1946 são lentos e não há muito o que esperar da nova Carta:

Nenhum ponto básico da organização nacional é ferido: continua-se com a esdrúxula separação de poderes, não se aborda a reforma agrária, não se fere a ordem econômica, entra-se pela lei civil na questão do divórcio, atribui-se o orçamento ao ministro da Fazenda... Eu sei que há homens cultos na Assembleia. Mas estão desinteressados ou divorciados da realidade brasileira. Discute-se e briga-se em torno de mesquinhos interesses de paróquias eleitorais.[...] Ontem houve reunião secreta para que o palhaço Barreto Pinto se justificasse de haver posado de casaca e cueca para uma revista. É de desanimar... (a *Cleantho de Paiva Leite*, julho 1946.)

Agora chefiando a Divisão de Organização do DSP, solicita ao Inter-american Book Service bibliografias em inglês, francês e castelhano sobre o planejamento governamental. Prepara dois artigos para a revista *Economika*, “de uns rapazes do Banco do Brasil”. Um dos “rapazes” é Sydney Latini, que nos anos JK assumirá o GEIA, o famoso grupo executivo responsável pela implantação da indústria automobilística no Brasil.* Escreve sobre os anos do CPOR e da guerra. Rabisca projetos de livros. Um, de ensaios, se chamará *A traição das Mulheres. Estudo sobre o papel das mulheres na civilização* — com o objetivo de “valorizar as qualidades femininas para a constituição de um mundo superior”. Outro, sobre a FEB e a Itália, terá quatro ensaios: *A Itália devastada; A FEB; Os americanos e nós; A outra Itália*. O registro que deixa da guerra virá, porém, na forma de contos, com o livro *De Nápoles a Paris. Contos da vida expedicionária*. Publicado em 1946 pela Zelio Valverde, a mesma editora pela qual saiu o relato do correspondente de guerra Rubem Braga, o livro teve boa fortuna crítica, aqui coligida. Mas não o interessou muito. Só com insistência o convenci a republicá-lo numa edição que, em

* Graças ao empenho de seu filho Carlos Henrique Latini, pude encontrar Sydney Latini ao preparar este livro, ouvi-lo relembrar episódios da amizade com Celso e recuperar os artigos escritos para *Economika*.

1997, fizemos de sua obra autobiográfica.* Em carta a um amigo do pai, Celso apela para o humor: “Eu tinha o dever de compartilhar com alguns amigos o prazer dessa grande maçada que foi a guerra. Só que eu fiquei com o prazer e os amigos com a maçada... de me ler”. (a J. Veiga, 22.6.46.)

É em 1946 que lê — em traduções do Fondo de Cultura Económica — os cinco volumes de *O Capital*, de Marx, os quatro de *Economía y sociedad*, de Max Weber, “a obra máxima da sociologia alemã”, os dois de *Historia del pensamiento social*, de Barnes, a seu ver o trabalho didático mais completo sobre a matéria. Retoma as aulas de alemão, idioma que espera dominar perfeitamente no final do ano, até por ser “um exercício de educação da vontade”. (a Lenyra, 26.1.46.) E torna a pensar em estudos no exterior. Quem sabe no Gosplan, a comissão estatal de planejamento da Rússia. Ou na Suíça, para estudar administração local. Ou na França, cujo aparelho administrativo está, naquele momento, se transformando devido “ao processo de socialização do governo”. Em agosto é sondado para um contrato de trabalho na recém-criada ONU, com sede em Nova York. A bem da verdade, “formou-se aqui no Rio, em meio ao pessoal do DASP, uma espécie de onumania. Mobilizam-se todos os recursos, todos os suspiros [...]. Nesses momentos, a minha timidez clássica só me permite uma postura, o retraimento.” (a Cleantho de Paiva Leite, julho 1946.) O fato é que os suspiros onusianos têm vida curta, pois o presidente Dutra logo baixa uma resolução proibindo que os funcionários do DASP sigam para as Nações Unidas.

Os ares do mundo europeu

Em janeiro de 1947 Celso embarca na terceira classe do *Désirade*, velho vapor da Compagnie Française Chargeurs Réunis que leva 23 dias até o Havre. Na escala em Dakar, reencontra um ambiente que lhe lembra o Nordeste, mas se espanta com “os maometanos rezando

* *Obra autobiográfica*, de Celso Furtado. São Paulo, Paz e Terra, 1997. Nova edição revista e anotada: São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

e beijando o chão pelas ruas”. A bordo correu tudo bem, e até chegou a ganhar 1400 francos numa brincadeira de corrida de cavalos. À guisa de comparação, o hotelzinho do Quartier Latin onde se hospeda, o Excelsior, que existe até hoje, vai lhe custar 100 francos por dia. Celso financia a viagem e a permanência de ano e meio na França com as economias feitas na FEB. O governo dividia em três o ordenado do combatente: um terço para ele, um terço para a família, um terço depositado numa conta da Caixa Econômica Federal. Como a família dispensou o dinheiro da FEB, deu para fazer um bom pé de meia.

Leva na mala uma carta de recomendação de Jacques Billard, seu professor de conversação na Aliança Francesa, para *monsieur Seydoux*, diretor do Institut d'Études Politiques, a prestigiadíssima Sciences Po, uma das *grandes écoles* da elite francesa, com um corpo docente de primeira ordem. Matricula-se em fevereiro, de início como ouvinte, pois o ano letivo já vai adiantado. Escolhe logo os cursos de história do socialismo, ministrado pelo historiador comunista Jean Baby; marxismo, dado por Auguste Cornu, então o historiador marxista de maior renome; história das ideias políticas, dada por Jean-Jacques Chevallier. Também cursará história dos fatos econômicos, ministrada por Charles Morazé, com quem retomará a camaradagem ao se exilar em Paris em 1965; enfim, Jacques Rueff leciona princípios econômicos e políticos. No fim do semestre, em carta a um amigo do DASP, comenta que os cursos de história do socialismo e de marxismo foram “ótimos”; o de Chevallier, o de história contemporânea e o de história dos fatos econômicos, “bons”: “Tudo é feito com muita erudição mas nem sempre com uma crítica precisa, o que só é possível se se submetem esses problemas a uma análise sociológica”. (*a Alim*, 3.6.47.)

Se os primeiros meses foram dedicados à ciência política, o ano letivo que começa em outubro de 1947 se focará em economia. Consegue equivalência de títulos e inscreve-se no doutorado da faculdade de direito e ciências econômicas da Universidade de Paris. Em um só ano fará o que é praxe fazer em dois ou três: o curso de doutorado, e a tese. A conselho de seu orientador (*le doyen*), economista Mauri-

ce Byé, que estivera no Brasil durante a guerra, vai se concentrar em quatro cadeiras: a) economia política (geral); b) história do pensamento econômico; c) economia social comparada; d) estatística econômica. Terá de dar duro, pois o doutorado pressupõe o conhecimento cabal dessas matérias, o que no caso dele, “quase um autodidata”, não ocorria. E ainda há os capítulos específicos que, no curso de doutorado, são tratados em cada uma dessas disciplinas. Explica ao pai: “Por exemplo, o curso de economia geral, no doutorado, versou sobre o tema mecanismos comparados das economias individualistas, coletivistas e dirigistas; o curso de história limitou-se à história dos fenômenos monetários. E assim por diante”. (a *Mauricio Furtado, s. d.*) Para cada matéria, portanto, dois exames: um sobre o programa geral e outro sobre o programa especial do ano. Entre seus professores na Sorbonne, ele se refere a René Courtin, Louis Baudin, Bertrand Nogaro, Émile James, este, de economia social comparada. Quanto a François Perroux, que dava economia industrial e que alguns acadêmicos brasileiros apontariam como uma grande influência, não há nenhum indício nesse sentido nem referência em suas anotações e correspondência. Os dois primeiros integrarão a banca da tese, defendida em 1º de junho de 1948. Na defesa, Baudin discute problemas relativos a Portugal. Courtin, autor de *Les problèmes de la civilisation économique au Brésil*, o interroga sobre o Brasil. Byé comenta que a tese o faz mudar de ponto de vista acerca do estágio do desenvolvimento histórico de Portugal na época da Reconquista. Celso é, naquele ano, o único estrangeiro a receber a *mention très bien*.

Se a retomada econômica e social da França enfrenta problemas de todo tipo — racionamento de produtos básicos como pão, açúcar, tecidos e calçados; greves e insurreições frequentes, forte desvalorização do franco —, o ambiente intelectual de Paris no pós-guerra é dos mais estimulantes. Celso menciona a profusão de jornais e revistas acadêmicas, livrarias, cinemas, teatros. Frequenta o mundo de brasileiros que estão por lá. Os mais chegados são o pintor Carlos Scliar e a pianista Anna Stella Schic. Mas encontra regular-

mente Arnaldo Estrela, já casado com Mariuccia Iacovino, e o jovem músico Claudio Santoro. Ou Jorge Amado, “para saber notícias do Brasil”. Em maio de 1948, Jorge o convida a participar do Congresso Mundial de Intelectuais pela Paz, em Varsóvia, de 25 a 28 de agosto. Mas Celso já estará no Brasil. Ainda em maio, os brasileiros organizam uma homenagem a Neruda: mais de mil pessoas no anfiteatro Richelieu da Sorbonne, ouvindo poesias do chileno e dedicadas a ele, recitadas por Aragon, Jean-Louis Barrault e María Casares. De um encontro com o então físico, e futuro romancista, Ernesto Sabato, há um registro de junho de 1947:

Conversei hoje com um escritor argentino sobre a situação política de seu país. Chegamos à conclusão, que já era minha, de que é preciso não confundir peronismo com Perón. Este é um oportunista que soube aproveitar-se de certas condições que levavam inexoravelmente a uma revolução na ordem de coisas da Argentina. Essa revolução é burguesa e emancipacionista. Perón tornou possível essa revolução conseguindo enfileirar o proletariado a reboque da burguesia que lutava contra o domínio da finança alienígena.

Os “ares do mundo” de Juan Ramón Jiménez, que mais tarde inspirariam a Celso epígrafe e título de livro, traduzem-se em 1947-48 num punhado de textos. Este livro traz, de um lado, os publicados no Brasil: na *Revista da Semana*, sua “velha casa”; no *Observatório Econômico e Financeiro*, título criado por Valentim Bouças e com colaboradores do naipe de Arthur Ramos, Caio Prado Junior, Sergio Burque de Hollanda; no *Panfleto*, dirigido por Joel Silveira e congregando intelectuais de esquerda, como Moacyr Werneck de Castro, Homero Homem, Jorge Amado; e em *O Mês Econômico e Financeiro*. De outro, manuscritos deixados em seus cadernos. Celso não mantinha diário mas costumava escrever algumas linhas ou páginas quando algo lhe parecia digno de nota, desde uma reflexão de leitura ou um diálogo até, em viagens, lugares e encontros que o impressionavam por alguma razão. Esses textos inéditos de Paris, perfeitamente acabados, revelam o que captou sua atenção na época. Destaco “De

Realidad a Chemins du Monde”, em que faz um alerta contra os “perigos da arregimentação”; “Idolatria e irracionalismo”, em que se surge contra Aldous Huxley, o consagrado autor de *Contraponto* que ele releria, porém, até a véspera de morrer, em 20 de novembro de 2004; e “A luta contra a máquina”, em que faz uma profissão de fé na técnica e na tecnologia num momento ainda marcado pela defesa, senão saudosismo, do “artesanato”. O ensaio sobre o fascismo é parte de outro maior, que se chamaria “Uma viagem de 1000 anos”.

No verão de 1947 Celso passou quarenta dias na Europa Central. Do I Festival Mundial da Juventude, em Praga, que reuniu duzentos mil jovens do mundo todo, voltou com ótima impressão. Comparada com a penúria do dia a dia na França ou com a séria crise inglesa, a Tchecoslováquia parecia o paraíso, com vitrines bem sortidas e uma indústria ainda de pé. Sua incrível experiência na brigada de jovens voluntários que foram ajudar, picareta na mão, a reconstruir uma estrada de ferro da Bósnia revelou-lhe um recanto da Iugoslávia “onde as mulheres ainda trazem o rosto velado” mas onde ocorria uma profunda revolução social para vencer o atraso material e cultural.

Em tempos de Guerra Fria, essas andanças por países da Cortina de Ferro assanharariam os espões de plantão nos serviços de inteligência no Brasil. Na virada dos anos 2000, Celso solicitou sua “ficha” ao Arquivo Público do Rio de Janeiro. Saímos do prédio da Praia de Botafogo com uma imensa papelada. Estarrecedora. Os agentes o vigiavam desde 1947! Sob o número de prontuário 42.089, ocultavam-se notas, ofícios e relatórios que repetiam *ad nauseam* as “informações” colhidas pelo agente anterior. Lidas com a distância, algumas, de tão delirantes, poderiam ser engraçadas, se vida afora não tivessem causado tanto aborrecimento a Celso no momento de renovar carteira de identidade, passaporte ou obter vistos. Ora “velho bolchevista”, ora “militante”, ora “elemento comunista” de grande relevo, teria comparecido à instalação do Kominform em 1947. E participado da IV Internacional Comunista, de onde enviou carta à “bolchevista” Maria de Lourdes Fortes, colega do DSP. Teria regressado

ao Brasil em julho de 1948 por meios desconhecidos! Isso merecia uma ironia sua: nossos espiões dificilmente vigiavam passageiros de terceira classe, julgando talvez impensável que um “elemento comunista” esnobasse o “ouro de Moscou”. O que o indignou, porém, foi ler que em 17 de fevereiro de 1954 agentes do Departamento Federal de Segurança Pública enviaram, “a título de colaboração”, ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil dados a seu respeito. Que um funcionário do governo passasse informações sobre um brasileiro ao embaixador de um país estrangeiro era inadmissível.

Interregno carioca

No dia 8 de julho de 1948 Celso pega, no Havre, o *Jamaïque*, que vem lotado de emigrantes. Divide a cabine de terceira classe com dois franceses, dois suíços e um espanhol, que vão morar no Brasil ou na Argentina. Lê as quase mil páginas, em tradução francesa, de *Montanha mágica*, de Thomas Mann, “um livro olímpico”. Faz amizade com o pintor Samson Flexor que vinha para o Brasil com a esposa e dois filhos. Celso traduziu alguns textos para Flexor, e este o presenteou com dois belíssimos *portraits* feitos a bordo. Nunca mais se encontraram. Mas o filho caçula do pintor, André Flexor, que mora entre Paris e o Rio de Janeiro, possibilitou indiretamente um “reencontro” de ambos, quando generosamente permitiu que as obras do pai ilustrassem o projeto gráfico de novas edições, póstumas, de livros de Celso.

Em 25 de julho de 1948, véspera de seus 28 anos, Celso desembarca pela terceira vez no cais do Rio de Janeiro. Em 1940, era o rapazinho chegado do Norte para estudar direito e que, como tantos de sua geração, quis ser jornalista, sonhou em ser crítico de música e romancista. Em 1945, estava naturalmente mudado pela experiência da guerra; era bacharel de Direito, trabalhava com administração e organização, mas ainda vivia a incerteza das tentativas e tentações. Agora, com 28 anos, trazia na bagagem a tese de doutoramento, quatrocentos livros e a convicção expressada semanas antes a Cleantho

de Paiva Leite: “Decididamente, a administração está abandonada” (20.3.48.) Reassume o posto no DSP, chefiando a seção de Seleção e Aperfeiçoamento; mas já em setembro ingressa na Fundação Getúlio Vargas como pesquisador econômico, e passa a colaborar na *Conjuntura Econômica*; em outubro é convidado para ser assessor econômico do general Macedo Soares, governador do Rio de Janeiro. No plano internacional, desenhava-se uma nova ordem mundial. A ONU recém-criada abria agências para se ocuparem da reconstrução da Ásia e da Europa. Logo chegaria a vez da América Latina, com a criação da Cepal, voltada para repensar o continente e acelerar o seu desenvolvimento. Para lá ele iria, em fevereiro de 1949, seis meses depois de chegar da Europa. Encerravam-se os anos de formação, iniciavam-se os anos de afirmação.

Rio de Janeiro, junho de 2014

Planificação social*

O problema com que se deparam os povos neste após-guerra não é decidir entre planificação e liberalismo: resta-nos apenas saber que espécie de planificação os povos escolherão, ou lhes será imposta. É esta a tese que debateremos. E nela está implícito o seguinte problema: é possível condicionar o comportamento do homem no campo político?

Durante muitos séculos os estudos filosóficos se limitavam ao método introspectivo. A filosofia resumia-se na análise que os filósofos faziam do seu próprio pensamento. De Descartes a Kant a epistemologia não passou de uma análise do “pensamento em si”. Admitia-se que o pensamento era completo em si mesmo: um processo de uniformidade universal. A revolução liberal, erigindo o indivíduo em peça principal de seu mecanismo de expansão, criou a análise psicológica do pensamento humano. As ideias e idiosincrasias passaram a ser analisadas através das interações do indivíduo com o meio físico e social. É a época das análises biográficas, em que se estuda a história através de seus reflexos nas personalidades dos grandes varões. É a filosofia romântica de exaltação do homem.

Somente a análise moderna identificaria as categorias sociais do pensamento. A análise sociológica viria demonstrar que zonas muito amplas do pensamento humano só indiretamente depen-

* Palestra inaugural do simpósio sobre “Planificação”, realizado em 8 de junho de 1946, na Academia Fluminense de Letras, no programa de comemorações do sétimo aniversário da reforma administrativa do estado do Rio de Janeiro.

dem do indivíduo. Nos grupamentos sociais mais rudimentares, a ação individual se limita, quase sempre, a aceitar modos de pensar pré-existentes. Todos nós, em muitas das atitudes que tomamos, não fazemos mais do que reproduzir fórmulas rituais. O homem está socialmente condicionado de duplo modo: por um lado ele age sempre dentro de situações que independem dele; por outro, encontra fórmulas, já fundidas, para responder a essas situações. A sociologia do conhecimento esclarece que, se os filósofos conseguem libertar uma parte de seu pensamento dos modelos comuns, o homem do povo não pensa senão dentro das fórmulas sociais preestabelecidas.

Já há muito tempo as pessoas comuns perceberam que há um tipo de pensamento do homem rico, e outro do homem pobre, há um tipo de pensamento do homem do campo e outro do homem da cidade, um tipo de pensamento do homem da metrópole, e outro do homem da província.

Essa forma de análise surgiria com tanta importância modernamente pelo simples fato de que na sociedade atual o que interessa e cumpre estudar é o pensamento do homem de massa. Nas culturas de elite, o problema dos filósofos era justificar as posturas de meia dúzia de cérebros refinados; na sociedade liberal, uma classe privilegiada fazia sua autoanálise identificando as virtudes e defeitos dos seus expoentes; a sociedade moderna, entretanto, tem como problema básico a massa — que é preciso conhecer para bem dirigir.

A onipresença da massa é o dado mais fundamental com que temos de lidar na ciência política moderna. A sociedade de massas é um organismo extremamente complexo, e por isso muito sensível. Traz em si um grande desenvolvimento das técnicas sociais. Implica numa extrema interdependência entre seus membros e, portanto, numa incoercível tendência para a centralização. Disso resulta que toda sociedade, à proporção que se vai massificando — para usar a expressão de um sociólogo moderno —, nela assumem progressiva importância as chamadas posições de mando. Em uma sociedade de massas uma posição de mando representa uma concentração de poder muito maior do que idêntica posição em uma sociedade onde

seja reduzida a divisão do trabalho. Disto resultam duas verdades fundamentais para a política moderna:

- 1) Numa sociedade de massas é possível, uma vez que se dominem as posições de mando, influenciar profundamente todo o organismo social — e daqui a viabilidade da planificação;
- 2) Uma sociedade de massas está profundamente sujeita a golpes de Estado e à dominação minoritária, já que um grupo reduzido pode acastelar-se no poder de onde dificilmente será removido, e daqui o perigo do fascismo.²⁹

A planificação social surgiu da necessidade de estabilizar a sociedade de massas, colocando-a a salvo das crises e convulsões imprevisíveis. Mais que isto: a planificação social, no melhor sentido, busca eliminar o perigo de dominação minoritária, e portanto é a solução para se conseguir o florescimento de uma cultura verdadeiramente democrática. E isto pelo seguinte: a divisão extrema do trabalho e a especialização fazem com que o homem moderno tenha o seu campo de visão cada vez mais estreito e utilize um grande número de fórmulas de pensamento de composição irracional. O homem moderno utiliza um sem-número de valores que nunca submeteu a análise. Disso resulta uma completa incapacidade nos momentos de crise para refazer ou substituir esses valores. Tiramos daqui duas deduções magnas: 1) em face de qualquer crise o homem da massa se desorienta e desespera — porque não é capaz de refazer os seus valores (já Carlyle observava isso com relação ao crepúsculo dos Deuses); 2) a zona de irracionalidade da sociedade de massas é assustadoramente grande.

A segunda dessas conclusões nos leva ao grande problema da planificação social, que é o controle do inconsciente coletivo.

O controle dos elementos irracionais do pensamento coletivo é fundamental na planificação. Há duas maneiras de efetivar esse con-

29. Cf. burocracia civil ou militar, técnicas de revolução e coação, força da propaganda.

trole, que são igualmente duas técnicas de planificação: por um lado, é possível recondicionar o comportamento do indivíduo moldando-o de fora para dentro, vale dizer, dirigindo o pensamento através de um regulamento para a ação; e isto porque o pensamento é em grande parte elaborado socialmente; por outro, é possível desenvolver no indivíduo a capacidade para assimilar esses elementos irracionais.

A primeira dessas soluções é nada mais do que uma regulamentação rígida da vida individual. O indivíduo recebe um grande número de fórmulas, que são modelos de comportamento. Essas fórmulas todas estão ajustadas dentro de um esquema de racionalidade como as peças de uma máquina formal. As nações fascistas da Europa deram um perfeito exemplo dessa forma de planificação social. É evidente que o homem, entrosado nessa engrenagem, passa a pensar por intermédio de fórmulas preestabelecidas e adormece completamente no seio do inconsciente coletivo. E por isso mesmo torna-se fácil manejá-lo através da elaboração de mitos. O mito é um complexo irracional que por qualquer motivo faz despertar o inconsciente coletivo. Na manipulação dos mitos funda-se a técnica de condução das massas utilizada pelas ditaduras planificadas modernas.

O outro processo de planificação social visa a reconstrução do homem, mas não simplificando-o. Procura-se, por um lado, equipar o indivíduo para que ele possa assimilar os elementos irracionais do inconsciente coletivo; por outro lado, tenta-se organizar a massa para eliminar a possibilidade de psicoses coletivas. Aqui já não é possível admitir o comportamento do homem com dimensões apenas de racionalidade formal. O critério da racionalidade substancial passa a ocupar o primeiro plano. Por exemplo: não basta que se adote o método pedagógico mais eficiente — importa saber igualmente o valor do que se ensina; não basta exigir a técnica mais científica para a aplicação da eutanásia e da esterilização — cumpre discutir a própria eutanásia e a própria esterilização; não basta possuir uma administração altamente racionalizada — também é mister que a política seja sabiamente orientada.

A planificação social virá a ser, portanto, a forma de restaurar para o homem a posição que lhe cabe como centro de cultura. A sociedade de massas colocou-nos diante deste dilema: ou condicionar o comportamento do homem, para isso restando o recurso de escolher o critério mais sábio; ou permitir que o homem se torne uma peça insignificante de um mecanismo inconsciente, presa fácil dos audaciosos e oportunistas. Essa racionalidade substancial só poderá ser dada por uma filosofia política que faça do homem o fim da sociedade, coloque o interesse do povo no centro da ação política e os mecanismos governamentais ao alcance da crítica de todos. Somente uma ampla educação política porá a massa a salvo das psicosses coletivas.

A planificação social não é mais do que uma técnica — ela se legitima pelos fins a que serve. É uma perigosíssima arma de dois gumes. Demonstrando que as técnicas sociais modernas tornam possível dirigir o pensamento do homem, acena para a mais perigosa das armas de opressão. Em face disso, avulta a necessidade de educar o homem para pô-lo a salvo do canto de sereia dos ditadores. Essa educação política é o processo mesmo da planificação — já que por intermédio dela é que se condiciona o comportamento futuro da massa.

Preparemos o homem para que ele se salve a si mesmo. É esta a única forma de evitar o retrocesso social.